

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90114/2024**

**VIXBOT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA.**, devidamente qualificada nos autos do certame em epígrafe, vem tempestiva e mui respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, com fulcro nas disposições pertinentes do Edital do Pregão Eletrônico em epígrafe, interpor

**RECURSO ADMINISTRATIVO**

em face da decisão que consagrou a licitante **LCD TECNOLOGIA LTDA.** arrematante do Item 01, valendo-se a doravante "Recorrente", para tanto, das suficientes razões de fato e de Direito delineadas a seguir.

**I. DO MÉRITO**

**1.** *Data maxima venia*, Ilustre Pregoeiro, referida decisão não merece prosperar. O licitante em comento deixou de cumprir a integralidade das exigências do Edital. É o que restará cabalmente demonstrado a seguir:

**2.** Para o Item 01, o licitante **LCD TECNOLOGIA LTDA.** ofertou modelo de monitor que não atende ao Termo de Referência nos seguintes moldes:

**MICROCOMPUTADOR:**

**Sistema Operacional:** Windows 11 Professional 64-bits.

**Monitor:** Tela 21,5" widescreen, resolução FHD 1920x1080, saída fone de ouvido, ajuste de inclinação, conexão HDMI e VGA, tecnologia LED.

**3.** Vossa senhoria pode constatar nos documentos apresentados pela Recorrida, arquivo intitulado como "D) Monitor Altek In de 21,5 FHD" é possível comprovar que o produto não atende ao descritivo mínimo do edital, vez que não possui saída para fone de ouvido:



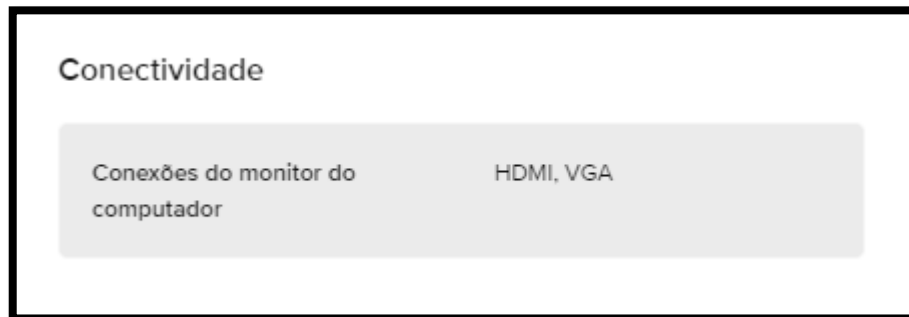

**Monitor Alltek In de 21,5 FHD, Tela Ultrafina, Painei VA, 100 HZ, 5MS, HDMI, VGA – ATK-215 Z**

O Monitor da Alltek In ATK-215 vem com novidades interessantes, seu reflexo e sua performance vão ficar ainda melhores com a taxa de atualização de até 100Hz. Trazendo a melhor tecnologia com desempenho Low Blue Light, painei VA deixando a imagem mais nítida e detalhada, com um tempo de resposta de até 5MS.

<b>Conteúdo da Embalagem</b>	Tela 21.5 POL
Manual do Usuário 1	Tipo de Tela LED
	Brilho 250 cd/m²
<b>Especificações Técnicas</b>	Ângulo de visão 178° / 178°
Peso do produto 2,05 KG	Quantidade de Cores 16.7 M
Dimensões do produto 492,1 x 290,2 x 51,1 MM	Tempo de resposta 5 ms
Furação VESA 75 x 75 MM	Velocidade da Imagem 100 HZ
Contraste Typ: 3000:1	Painei VA
Garantia do Fabricante 1 Ano	Ajuste de inclinação
Proporção de Tela 16:09	
<b>Tela</b>	
Polegadas 21,5	
Resolução 1920 x 1080 (Full HD)	

4. A Recorrente buscou fontes oficiais de comprovação, vez que o catálogo deste produto se trata de uma versão criada pelo próprio licitante. No entanto, no site oficial do fabricante AITEK, este produto não consta no portfólio. De qualquer forma, podemos comprovar que até mesmo modelos superiores, como este de tela de 23,8 polegadas, também não possuem a interface de áudio, como podem detectar pelo link <https://aitekbrasil.com/monitor-gamer-23-8-75hz-3ms/>.
5. Ainda, foi localizado o produto em sites de terceiros onde, mais uma vez, é comprovado o não atendimento do requisito de saída de fone de ouvido:

<https://www.mercadolivre.com.br/monitor-gamer-aitek-gamer-led-preto-127220v/p/MLB26858256>.



6. Ilustre pregoeiro, vossa senhoria há de concordar, admitir um equipamento abaixo das especificações mínimas viola a isonomia do processo em tese, pois deixa em desvantagem os licitantes que se viram obrigados a onerar as suas ofertas para entregar solução que possui um custo muito maior, para que assim fosse possível atender as exigências do edital de licitação.

7. *Data maxima venia*, ilustre Pregoeiro, a arrematação indevida consolida evidente violação às disposições normativas de caráter Editalício, legal e principiológico a regerem o presente certame. Nessa toada, ressalta-se que o artigo 5º da nova Lei de Licitações, 14.133/21, também vêm mantendo as regras contidas nos artigos da antiga lei de licitações, principalmente quanto ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, *in verbis*:

**"Art. 5º. Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao Edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)."**

8. O que se assevera acima está na mesma esteira do que já foi, inclusive, exhaustivamente firmado pelo Judiciário:

**"EMENTA – AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO ANULATÓRIA – CONCORRÊNCIA – NÃO ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL – PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL – AUSÊNCIA DO 'FUMUS BONI IURIS' – RECURSO CONHECIDO E NÃO**

PROVIDO. **1. O princípio da vinculação ao Edital impõe que a Administração e os licitante respeitem as normas estabelecidas no instrumento convocatório, sob pena de nulidade dos atos praticados. 2. Evidenciado que o licitante descumpriu exigências previstas no Edital, bem assim que estas não são ilegais ou manifestamente destituídas de razoabilidade, sua desclassificação do certamente é medida que se impõe por ofensa ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.** 3. Agravo de Instrumento não provido.

(TJMS - AI: 14049893020188120000 MS 1404989-30.2018.8.12.0000, Relator: Des. Alexandre Bastos, Data de Julgamento: 20/03/2019, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 22/03/2019)."

9. Também, ocasiona ferida gangrênica ao princípio do julgamento objetivo. Nas palavras da digníssima jurisprudência Maria Sylvia Zanella Di Pietro, *in verbis*<sup>1</sup>:

**"Quanto ao julgamento objetivo, que é decorrência também do princípio da legalidade, está assente seu significado: o julgamento das propostas há de ser feito de acordo com os critérios fixados no Edital. E também está consagrado, de modo expresso, no artigo 45, em cujos termos "o julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de Licitação ou responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente neles referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitante e pelos órgãos de controle. (...)"**

10. Assim sendo, todas as disposições colacionadas *in retro* socorrem a Recorrente no tangente à desclassificação do licitante em comento, nos moldes das regras do próprio Edital, *in verbis*:

**13.3 - Será desclassificada a proposta vencedora que:**

**13.3.1 - Contiver vícios insanáveis;**

**13.3.2 - Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;**

11. Não se justifica na legalidade, e em qualquer outro parâmetro normativo licitatório, a arrematação do Item 01 ao licitante em comento, descumpridores do Edital e da Lei.

12. Sem mais delongas, e firme nas suficientes razões de fato e de Direito delineadas *in supra*, a Recorrente pleiteia o seguinte.

## **II. DOS PEDIDOS**

<sup>1</sup> Maria Sylvia Zanella Di Pietro. Direito Administrativo. 18ª ed.; São Paulo: Atlas, 2005, p. 387.

Ante as razões expostas supra, bem como do dever do Ilustre Pregoeiro de zelar pelo fiel cumprimento das disposições Editalícias e legais pertinentes ao saudável desenvolvimento do presente certame licitatório, a Recorrente roga que Vossa Senhoria reconsidere o *decisum* de arrematação e classificação do licitante em comento para o Item 01, para consequente e subsequente chamamento do *ranking* de classificação.

Se assim não o fizer, que se digne Vossa Senhoria a encaminhar o presente Recurso Administrativo à Autoridade Superior competente para conhecê-lo e, certamente, dar-lhe provimento.

Nestes termos, pede deferimento.

Vitoria/ES, 10 de outubro de 2024.



**VIXBOT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA.**  
**Carlos Alberto Moreira**  
**SÓCIO - CPF: nº 480.361.101-72 - RG: nº 830004 – SSP/DFP**